

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Pregão Registro de Preço n.º: 016/2017

Objeto: Aquisição de equipamentos e materiais de informática.

Modalidade: Pregão Presencial - Registro de Preço.

PARECER JURÍDICO - CONCLUSIVO

RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de exame e parecer jurídico formulado pelo Ilustre Senhor Prefeito do Município de Oliveira de Fátima – TO e pela Sra. Pregoeira, concernente ao procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial - Registro de Preço, autuado sob o n.º 020/2017, cujo objeto é a *Aquisição de equipamentos e materiais de informática*.

Constam nos autos, até a presente data, a solicitação de abertura do certame, especificação dos serviços, a cotação de preços, estimativa, declaração de adequação orçamentária, despacho indicando existência de recursos orçamentários, autorização para abertura do certame, cópia do despacho de designação da pregoeira e equipe de apoio, autuação do processo, minuta do edital e anexos, despacho para assessoria jurídica solicitando Parecer Jurídico, Parecer Jurídico Prévio, aviso de licitação, cópia da publicação no Diário Oficial do Estado do Tocantins, edital e anexos e a Ata de realização do Pregão Presencial.

É o relatório do essencial.

ANÁLISE JURÍDICA

Em relação a fase interna do presente processo licitatório, verifica-se que esta Procuradoria já se manifestou, por meio do Parecer Jurídico Prévio constante nos autos, pela regularidade da minuta do edital.

Quanto a fase externa, sua regularidade pode ser aferida mediante a análise dos atos praticados e externados nos documentos juntados ao processo, verificando sua conformidade com o que preceitua o art. 4º da Lei Federal n.º 10.520/2013.

Neste sentido, verifica-se que houve o cumprimento das normas supracitadas, o que confere regularidade ao certame submetido à análise.

Em relação a exigência legal de ampla publicidade dos atos, a mesma fora observada através do aviso de licitação, publicado no “placar” da Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima, e do extrato de publicação na Imprensa Oficial do Estado do Tocantins, verificando-se, assim, que o princípio da publicidade foi respeitado.

Também se observa que o prazo preconizado no inciso V, do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, foi obedecido, posto que o edital fora publicado em 03 de abril de 2017 e a sessão realizada no dia 17 de abril de 2017.





PREFEITURA MUNICIPAL DE
OLIVEIRA DE FÁTIMA
O TRABALHO FAZ ACONTECER
GESTÃO 2017/2020



Três empresas foram credenciadas para o certame, tendo apresentado propostas que, após a fase de lances, se mostraram abaixo do valor inicialmente estimado, tendo sido declaradas vencedoras as empresas **LUMINATA DISTRIBUIDORA EIRELI - ME**, nos itens 01, 05, 06, 15, 17, 20, 22, 23, 25, 28, 29, 36, 37, 38 E 39, **MEDINA E ALVES LTDA-ME**, nos itens 03, 04, 10, 12, 14, 16, 18, 19, 21, 24, 26, 27, 30, 33 E 34, **FORTE DISTRIBUIDORA LTDA - ME** nos itens 02, 07,08, 09, 11, 13, 31, 32 e 35 conforme Ata de Sessão de Realização de Pregão constante nos autos.

No que tange a documentação apresentada pelas empresas vencedoras, verifica-se que a habilitação guarda conformidade com a lei.

Observa-se, ainda, que não houve manifestação de intenção de interposição de recursos, tendo o processo transcorrido em seu rito normal.

CONCLUSÃO

Diante da análise jurídica explicitada, esta Procuradoria opina pela regularidade do Processo Administrativo Licitatório n.º 020/2017, observada sempre a necessidade de confirmação da comprovação da regularidade das empresas antes da assinatura do contrato ou da emissão da nota de empenho, nos termos da Lei 8.666/1993.

Salvo melhor juízo,
Eis o parecer.

Oliveira de Fátima – TO, 19 de agosto de 2017.


ZENO VIDAL SANTIN
OAB/TO 279-B
PROCURADOR MUNICIPAL